

ENTRE O COMBATE E A IMPUNIDADE

Publicado no Jornal do Brasil

OIT ELOGIA ATUAÇÃO DO BRASIL CONTRA TRABALHO FORÇADO, MAS CRITICA FALTA DE CONDENAÇÕES.

O Brasil é um dos países com melhores resultados no combate ao trabalho forçado, mas as condenações judiciais dos responsáveis por esse tipo de crime ainda são raras. O diagnóstico faz parte do estudo O Custo da Coerção, divulgado ontem pela Organização Internacional do Trabalho. O Brasil é citado no texto como um país "com longa experiência e história oficial de compromisso de luta contra o trabalho forçado".

O documento atribui os resultados do combate ao trabalho forçado no país a iniciativas de pesquisa, investigação, fiscalização e parcerias entre governos, setor produtivo e organizações não governamentais. O relatório cita o Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho, que desde 1995 libertou 30 mil pessoas submetidas a condições de trabalho análogas à escravidão. No entanto, a OIT destaca que a aplicação de penalidades aos responsáveis pela coerção de trabalhadores ainda deixa a desejar no país. "Apesar do elevado número de casos detectados e de pessoas liberadas no Brasil, houve poucas condenações por trabalho forçado", diz o estudo.

Até hoje, segundo a OIT, houve no Brasil apenas uma condenação com pena de privação de liberdade para um acusado de submeter trabalhadores a condições ilegais. "Em maio de 2008, o Tribunal Federal do Maranhão impôs uma condenação de 14 anos a Gilberto Andrade, que incluía 11 anos pelo delito de reduzir uma pessoa a condições análogas às de escravo", cita trecho do texto.

Os instrumentos mais utilizados pelos fiscais no Brasil são a imposição de multa aos infratores e a obrigação de indenizar as vítimas. "Nos últimos anos, houve um aumento no número de indenizações impostas pelos tribunais do trabalho, esperando-se que tenham um efeito dissuasivo", aponta o relatório.

O Brasil também é citado no documento da OIT como um dos países em que a articulação entre governos e sociedade civil tem produzido bons resultados no combate à exploração do trabalho. No relatório, há referências à Comissão Pastoral da Terra (CPT), à ONG Repórter Brasil e ao Instituto Ethos de Responsabilidade Social, que têm atuado na produção de diagnósticos e documentação dos casos de trabalho forçado, no monitoramento das cadeias produtivas e em campanhas para conscientizar a sociedade sobre o problema.

Além da chamada "lista suja" do trabalho escravo, produzida a partir de fiscalizações do Ministério do Trabalho, outra iniciativa brasileira citada no relatório é o **Instituto Carvão Cidadão (ICC)**, criado em 2004 para eliminar o trabalho forçado na cadeia de produção do aço.

O ICC fiscaliza uma rede de empresas que só negociam com fornecedores que sigam um código de conduta de respeito aos direitos trabalhistas. Além disso, há um programa de contratação de trabalhadores que foram vítimas de situação de escravidão.

PREJUÍZO

O estudo da OIT também estima que os trabalhadores submetidos a trabalhos forçados deixam de ganhar US\$ 21 bilhões por ano em todo o mundo. O montante total do "custo de oportunidade" - como é tecnicamente chamado o valor em dinheiro de uma oportunidade não exercida - não inclui, segundo a OIT, a exploração sexual para fins comerciais.

"Isto representa um poderoso argumento econômico, bem como um imperativo moral, para que os governos confirmem maior prioridade a este tema", afirma a entidade em um comunicado sobre o relatório.